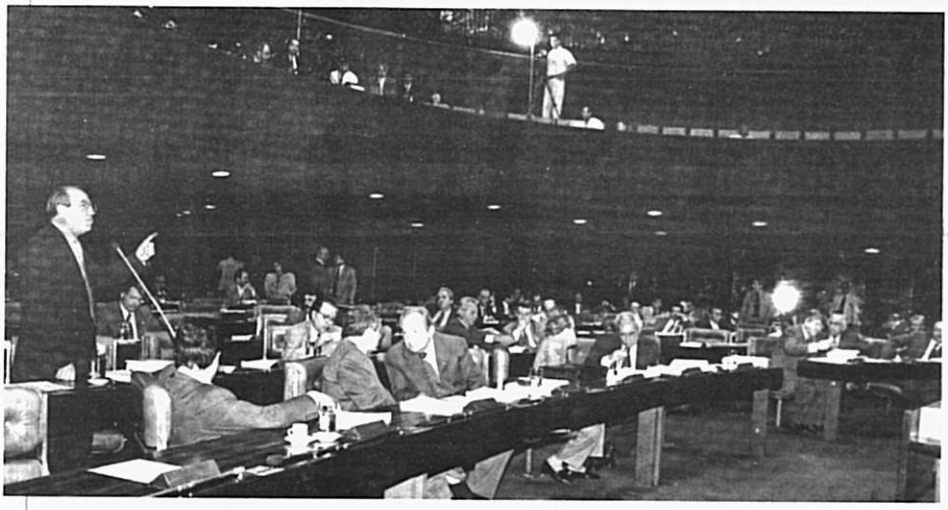
JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal — Ano III – Nº 546 – Brasília, quinta-feira, 18 de setembro de 1997

Aprovada a Lei Eleitoral

Campanha será feita com recursos privados, segundo o texto acolhido pelo plenário nos termos do parecer do senador Lúcio Alcântara. Projeto volta à Câmara dos Deputados porque foi modificado



Alcântara (ao microfone) teve seu parecer aprovado pelo plenário

O plenário do Senado aprovou ontem o projeto de Lei Eleitoral estabelecendo que o financiamento das campanhas será feito pela iniciativa privada, e não com recursos públicos.

A matéria voltará à Câmara dos Deputados por ter sido modificada pelo Senado, que acolheu quase na íntegra o parecer do relator Lúcio Alcântara.

O relator informou que, durante a apreciação da matéria pela CCJ e em plenário, foram apresentadas 170 emendas, das quais ele acatou 65. A discussão da matéria provocou amplo debate em plenário. **Páginas 3 a 6**

Mãos Limpas: procuradores depõem hoje

A importância da audiência pública com os procuradores italianos da *Operação Mãos Limpas*, a ser realizada hoje, foi destacada por Pedro Simon e Bernardo Cabral. **Pág. 2**

Simon e Cabral: audiência será hoje, às 10h

Convite para a Fenamilho

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, foi convidado pela rainha e duas princesas da 8ª Feira Nacional do Milho (Fenamilho) a participar do evento, de 4 a 12 de outubro, em Santo Ângelo (RS). A delegação veio acompanhada do prefeito e do deputado Augusto Nardes.

Simon quer legislação italiana aplicada ao Brasil

Cabral e Simon: *know-how* antimáfia no Brasil

A necessidade da adequação da legislação criminal italiana à realidade brasileira foi apontada ontem pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) como essencial para o fim da impunidade nos casos de crimes de "colarinho branco" no país. Ele deu essa declaração na entrevista à imprensa sobre a audiência pública com procuradores italianos da *Operação Mãos Limpas*, marcada para hoje, às 10h, no Auditório Petrônio Portella.

Na opinião de Simon, o Brasil deveria seguir o exemplo da Itália, onde o juiz e o promotor, que também faz a investigação policial, trabalham juntos. O senador considerou que a CPI dos Precatórios realizou um "trabalho emocionante" por ter tido o acompanhamento oficial de representantes da Polícia Federal, do Banco Central, da Receita Federal, do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público.

Também presente à entrevista, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) explicou que Simon havia apresentado requerimento para ouvir os procuradores italianos durante a CPI dos Precatórios, mas, como eles só puderam vir ao Brasil neste mês, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida por Cabral, aprovou a realização de uma audiência pública.

- A vinda dos magistrados com a experiência de ter combatido a Máfia é muito importante para acabar com a impunidade, que eu chamo de "filha espúria da acomodação do crime" - assinalou Cabral.

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Preside a audiência pública da CCJ, com a presença dos procuradores responsáveis pela *Operação Mãos Limpas* na Itália. *Auditório Petrônio Portella*
15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO
14h30 - Sessão Deliberativa do Senado
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 41/96, que introduz alterações na Lei nº 8.629/93 (regulamentação de dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária); *PLC nº 156/93, que altera o art. 7º da Lei nº 5.889/73, que institui normas reguladoras do trabalho rural; *Projeto de Resolução nº 102/97, que autoriza o governo do estado do Rio Grande do Sul a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS, cujos recursos serão destinados à liquidação da oitava parcela, bem como da correção monetária relativa à sexta e sétima parcelas, todas de precatórios judiciais; *Projeto de Resolução nº 103/97, que autoriza o governo do estado do Piauí a alterar a forma e o prazo de pagamento dos contratos de operação de crédito, celebrados em 22 e 29.12.95, junto à Caixa Econômica Federal, relativos ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; e *Projeto de Resolução nº 106/97, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US$ 25 milhões de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas, a ser executado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (Ipea).

COMISSÕES
10h - Comissão de Orçamento
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PL nº 15/97-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R$ 610,23 mil, para os fins que especifica; *PL nº 16/97-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial até o limite de R$ 2,61 milhões, para os fins que especifica; *PL nº 20/97-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito no valor de R$ 4,12 milhões, para os fins que especifica; *PL nº 21/97-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito especial até o limite global de R$ 500,60 mil, para os fins que especifica
10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Audiência pública com a presença dos procuradores responsáveis pela *Operação Mãos Limpas* na Itália. *Auditório Petrônio Portella*
10h - Comissão de Educação
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 14/96 (não terminativo), que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no país; *PLS nº 110/95 (terminativo), que cria, nas entidades titulares de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, serviço de atendimento ao público; *PLS nº 230/96 (terminativo), que inclui conteúdos sobre direitos da criança e do adolescente e sobre violência sexual nos currículos do ensino fundamental e médio; *PLS nº 263/95 (terminativo), que dispõe sobre a educação à distância; e *PLS nº 105/97 (terminativo), que inscreve o nome de Chico Mendes no Livro dos Heróis da Pátria. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*
10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Ofício "S" nº 19/96 (não terminativo), que encaminha solicitação do governo do estado de Minas Gerais, acerca do pedido de autorização de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 2,93 milhões, no âmbito do programa Pró-Saneamento, destinada à implantação e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de esgoto sanitário de diversos municípios daquele estado; *Ofício "S" nº 37/96 (não terminativo), que encaminha solicitação do governo do estado de Minas Gerais, para contratar operação de crédito a ser realizada pela Companhia de Habitação de Minas Gerais - Cohab/MG, junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 4,75 milhões, no âmbito do programa Procred, destinada ao fornecimento de cartas de crédito, para construções habitacionais, a serem utilizadas em diversos municípios daquele estado; *Ofício "S" nº 39/96 (não terminativo), que encaminha solicitação do governo do estado de Minas Gerais, para contratar operação de crédito a ser realizada pela Companhia de Habitação de Minas Gerais - Cohab/MG, junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 11,84 milhões, no âmbito do programa Procred, destinada ao fornecimento de cartas de crédito, para construções habitacionais, a serem utilizadas em diversos municípios daquele estado; *Mensagem nº 145/97 (não terminativa), que encaminha solicitação para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, pelo governo do Estado de Mato Grosso, no valor de US$ 55,40 milhões, junto ao Instituto Bancário San Paolo di Torino S. Pª destinada ao financiamento parcial do Programa de Perenização de Travessias do Estado; *Mensagem nº 153/97 (não terminativa), que encaminha solicitação de autorização para contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US$ 375,05 milhões, de principal, entre o Brasil e o Brasilian American Merchant Bank, destinada ao financiamento do Programa de Reaparelhamento e Modernização da Força Terrestre a ser executado pelo Ministério do Exército; e *Mensagem nº 154/97 (não terminativa), que encaminha solicitação de autorização para contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US$ 236,59 milhões, de principal, entre o Brasil e o Brasilian American Merchant Bank, destinada ao financiamento do Programa de Reaparelhamento e Modernização da Força Terrestre a ser executado pelo Ministério do Exército. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração – Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado – Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado – José do Carmo Andrade
Editores – Djalba Lima, Edson de Almeida, José Humberto Mancuso e Luiz Augusto Gollo
Repórteres da Agência Senado - Eli Teixeira, Teresa Cardoso, Suely Bastos, Rita Nardelli, Lúcio Leal, Domingos Mourão, Monica Cocus, Gilberto Campos, Graça Henriques, Paulo Henrique Bezerra, Jorge Frederico, Antonio Carabalo, Bernadete Barboza, Rafael Paixão, Alessandra Rocha, Fábio Lino, Anhouse Silveira, Márcia Magalhães e Beatriz Mendonça
Diagramação – Sergio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
Fotos – Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro
Revisão – Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

O material jornalístico produzido pela Agência Senado é também distribuído na Internet, no STM-400 da Embratel e para 110 veículos de comunicação em todo o País.

www.senado.gov.br

LEI ELEITORAL

Emendado, texto aprovado volta à Câmara

O plenário do Senado aprovou ontem o projeto de Lei Eleitoral, mantendo quase na íntegra o parecer do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Pelo texto aprovado, o financiamento de campanhas será feito pela iniciativa privada, e deixam de ser estabelecidos limites de gastos. A matéria voltará à Câmara.

A votação foi encerrada com a deliberação sobre 11 destaques, a maioria rejeitada. Um artigo retirado do projeto original da Câmara foi o que proibia aos candidatos participar de inaugurações antes do pleito.

Senadores acompanham com interesse as discussões sobre a nova lei, que agora irá à Câmara

O Senado proibiu, durante a campanha, a transferência voluntária de recursos da União aos estados e municípios, salvo os destinados a cumprir cronograma de obra em andamento, e para emergências e calamidades públicas.

Foi determinado que os votos em branco também são válidos para a quantificação do coeficiente eleitoral nas eleições proporcionais. Contra os argumentos do senador Jáder Barbalho (PMDB-PA), o plenário decidiu manter o parecer de Alcântara, suprimindo o artigo do projeto original da Câmara que considerava válidos, em eleições proporcionais, apenas os votos dados a candidatos e partidos.

Para a gravação da propaganda eleitoral, foi mantido o texto que o relator acolheu do senador Pedro Simon (PMDB-RS), determinando que os programas no horário gratuito devem ser realizados em estúdio, seja para transmissão ao vivo ou pré-gravados.

Não serão permitidas gravações externas, montagens ou trucagens e o candidato infrator será suspenso por um programa, duplicando-se a penalidade a cada reincidência. Acatando idéia do senador Ademir Andrade (PSB-PA), na propaganda eleitoral as emissoras de rádio e tevê distribuirão proporcionalmente os 30 minutos destinados a inserções. Foi rejeitada emenda do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) para que a propaganda se estendesse por 60 dias, prevalecendo o prazo de 45 dias.

Dentro de uma mesma circunscrição, os partidos poderão se coligar para eleição majoritária, proporcional ou para ambas, podendo neste caso formarem-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.

Candidatos à reeleição e seus colaboradores não poderão usar transportes da administração pública para atividades eleitorais, salvo se ressarcirem os custos. Não poderão também aludir à sua condição de candidato, ou pedir voto, quando da inauguração de obras.

O que pode e o que é proibido

Os principais pontos do texto que será encaminhado à Câmara dos Deputados, além dos votados mediante pedidos de destaque, são os seguintes:

- O desrespeito ao parágrafo 1º do art. 37 - "a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos" - configura abuso de autoridade, ficando o candidato, se responsável, sujeito ao cancelamento de registro de sua candidatura.

- Os agentes públicos somente poderão, nos três meses anteriores à eleição, fazer publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas em caso de grave e urgente necessidade pública "com prévia fundamentação à Justiça Eleitoral".

- Os partidos e coligações, ao fazerem o pedido de registro de seus candidatos, comunicarão à Justiça Eleitoral os valores máximos de gastos que farão por candidatura em cada eleição que concorrerem.

- O tempo da propaganda no rádio e na televisão será dividido da seguinte forma: 1/3 igualitariamente e 2/3 proporcionalmente às representações partidárias na Câmara dos Deputados.

- O tempo entre a proclamação dos resultados do primeiro turno e o início da propaganda eleitoral para o segundo turno é reduzido de 72 para 48 horas.

- As autoridades poderão levar em sua comitiva, ao viajar em transporte oficial, apenas pessoal indispensável à sua segurança. Não se permitem assessores e funcionários no exercício das funções de governo.

- Os ocupantes de cargos executivos candidatos à reeleição não podem, desde a data da sua escolha em convenção partidária, fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando se tratar de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo, em prévia fundamentação à Justiça Eleitoral. Se essa segunda proibição for descumprida, o agente público responsável ficará sujeito à cassação do registro, além de multa de R$ 10 mil a R$ 20 mil - dobrada no caso de reincidência.

Item por item, o que muda na lei que regerá as eleições do ano que vem, as primeiras com o instituto da reeleição nos cargos executivos

- É proibida a divulgação dos resultados de pesquisas no horário eleitoral gratuito.

- É vedado aos agentes públicos realizar, em ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos realizados até doze meses anteriores à eleição.

- É proibida, nos três meses anteriores ao pleito, a contratação de *shows* artísticos pagos com recursos públicos nas inaugurações.

- As empresas de pesquisas de opinião, quando contratadas por qualquer órgão de imprensa, não poderão prestar serviços a partidos ou coligações que tenham candidatos às eleições majoritárias.

- As sobras de campanha devem ser destinadas exclusivamente aos institutos de formação política ligados aos partidos.

- Ficam ressalvados os programas jornalísticos e os debates políticos no artigo que proíbe críticas a candidatos em programas de televisão.

- Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, assembléias legislativas e câmaras municipais até cento e cinqüenta por cento do número de lugares a preencher.

- No caso de coligação para as eleições proporcionais, independentemente do número de partidos que a integrem, poderão ser registrados candidatos até o dobro do número de lugares a preencher.

- É vedada a fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados nos postes de iluminação pública, viadutos, passarelas e pontes.

- É proibido suprimir ou readaptar vantagens de servidor público ou removê-lo ou transferi-lo, de ofício, salvo o caso de remoção e transferência de militares, policiais civis e agentes penitenciários, na circunscrição do pleito, nos três meses que antecedem a eleição e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito.

- Fica vedada a nomeação de membro de tribunal ou conselho de contas nos três meses anteriores ao pleito e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito.

- Não caberá recontagem de urna quando for pedida pela maioria dos partidos ou coligações concorrentes.

LEI ELEITORAL

Normas casuísticas, critica Josaphat

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA), ao encaminhar a votação da proposta da Lei Eleitoral, disse ontem que "estamos fazendo o que condenamos no regime militar", ou seja, criar normas casuísticas. Para ele, a modificação das regras eleitorais, que se faz a cada eleição, é um desrespeito à estabilidade das instituições.

- Vou votar segundo a minha consciência política, aprovando o que achar conveniente para o aprimoramento do sistema eleitoral. Entretanto, considero que o projeto em discussão deveria reduzir-se ao conjunto das normas que fossem necessárias a regular o processo da reeleição. Fora disso, minha orientação será no sentido de manter o sistema anterior vigente, pelo menos até que se elabore a reforma política - afirmou.

Josaphat prefere aguardar reforma

Parga defende cenas externas

Parga vê censura em proibição

Ao falar no encaminhamento da votação, o senador Bello Parga (PFL-MA) criticou a proibição do uso de cenas externas nos programas de propaganda eleitoral pela televisão, conforme disposto no substitutivo do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O senador maranhense considerou essa proibição uma "censura inconstitucional".

Na avaliação de Bello Parga, a limitação do uso de cenas externas parte de uma avaliação do eleitor como um ser "imaturo", conceito do qual discorda. Ele entende que não deve haver distinção, por exemplo, entre uma reunião de partidários realizada ao ar livre e um encontro feito em recinto fechado. O senador também se opôs às restrições ao uso de gravações com cenas externas.

Suplicy: não ao abuso econômico

Para Suplicy, financiamento deve ser público

Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu o financiamento público de campanhas e a utilização de gravações externas na propaganda eleitoral gratuita pelo rádio e TV. O substitutivo da CCJ, elaborado por Lúcio Alcântara (PSDB-CE), veda esses dois recursos.

Para Suplicy, o financiamento público "propiciaria a todos os partidos a possibilidade de não haver mais abuso do poder econômico". Ele manifestou seu apoio a emenda de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que visava coibir "contribuições de pessoas jurídicas ou mesmo de pessoas físicas", e outra, de iniciativa de José Eduardo Dutra (PT-SE), no sentido de impedir contribuições das empresas que foram objeto de privatização e das que mantenham um relacionamento forte com o poder público".

Emília: voto em branco sem dono

Emília elogia destaque para as mulheres

Emília Fernandes (PDT-RS) elogiou o acolhimento, pelo relator, de emenda que melhorou a visualização do espaço feminino nas cédulas de votação eletrônica e manual, ao mesmo tempo em que criticou o substitutivo pela admissão dos recursos privados no financiamento das campanhas eleitorais e o cômputo dos votos em branco.

No entender da senadora gaúcha, o voto em branco é uma manifestação do eleitorado que deve ser considerada como tal, sem sua atribuição a qualquer partido. Da mesma forma, Emília Fernandes manifestou-se contra a proibição do uso de cenas externas na propaganda eleitoral pela televisão. A senadora alertou que "os governantes estarão sempre na mídia", enquanto a oposição ficaria confinada a programas de estúdio.

Rocha desafia com pesquisa de opinião

Rocha condena a validação do voto em branco

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) ressaltou que, quando um eleitor anula seu voto ou o deixa em branco, seu desejo expresso é o "de não dar seu voto a nenhum candidato e a nenhum partido". Validar votos brancos e nulos é desrespeitar a manifestação do eleitor nas urnas, disse.

O senador desafiou os institutos de pesquisa a fazerem um prognóstico de opinião pública sobre o assunto e adiantou que ele resultaria em 100% contra a computação de votos brancos e nulos em favor dos partidos majoritários.

O senador Sebastião Rocha defendeu a proibição de que fornecedores do governo, instituições financeiras, empresas recém-privatizadas e concessionárias de serviços públicos participem do financiamento de campanhas eleitorais.

Benedita é pela livre opinião

Benedita diz que avanços ficaram fora

Favorável aos vários destaques que recompunham o projeto original da Câmara para a lei que regulará as eleições de 1998, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) frisou que o relator, Lúcio Alcântara, "por mais boa vontade que tenha tido, não conseguiu inserir alguns dos significativos avanços apostos pela Câmara na Lei Eleitoral".

Para Benedita da Silva, o parecer do relator não garante nenhuma equanimidade entre grandes e pequenos partidos no que se refere ao financiamento das campanhas e, ao vedar a apresentação de cenas externas nos programas eleitorais, desrespeita o princípio democrático de livre opinião e manifestação.

Valadares destaca união da oposição

Valadares defende a moralidade no processo

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu ontem, durante o encaminhamento da votação do projeto da Lei Eleitoral, a adoção do financiamento público exclusivo para as campanhas como forma de se "estabelecer a moralidade no processo eleitoral".

Antonio Carlos Valadares destacou a unidade do Bloco Oposição no Senado em favor do financiamento público das campanhas eleitorais e contra qualquer possibilidade de contribuição por parte de empresas ou pessoas físicas.

LEI ELEITORAL

Jáder tentou manter os acordos

Ao encaminhar a votação do projeto de Lei Eleitoral, o líder do PMDB no Senado, Jáder Barbalho (PA), orientou ontem os senadores peemedebistas a manterem os acordos feitos pela liderança do partido na Câmara de não computar os votos brancos como válidos, e de permitir que os candidatos a cargos proporcionais possam integrar mais de uma coligação partidária, "vinculando-se a um único candidato na eleição majoritária".

Jáder Barbalho também ressaltou que, se o Congresso tivesse aprovado a licença compulsória para os que disputassem a reeleição, não estaria agora preocupado com o uso da máquina administrativa na disputa.

Jáder: voto branco sem valor

Dutra: é preciso reduzir os gastos

Dutra aponta privilégio a governadores

Ao reiterar ontem sua opinião de que o projeto de Lei Eleitoral, tal como estava no parecer do senador Lúcio Alcântara, dará tratamento privilegiado aos governadores atuais e ao presidente Fernando Henrique Cardoso, o líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), enfatizou que as principais emendas defendidas pelo bloco buscam a redução de gastos e o abuso do poder econômico.

Entre aquelas emendas, Dutra defendeu o fim da proibição de gravações externas nos programas eleitorais, financiamento público das campanhas, manutenção do período de propaganda no rádio e televisão nos 60 dias anteriores ao pleito, definição de um limite máximo de gastos e melhor distribuição das inserções de propaganda no decorrer da programação normal das emissoras.

Júnia: casuísmo em cada eleição

Para Júnia, perplexidade histórica

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) chamou ontem a atenção para a "perplexidade histórica da nação" diante do debate sobre uma nova lei eleitoral, visando regulamentar os pleitos de 1998.

- A cada eleição, esse processo vem-se configurando no casuísmo, situando-se entre a vontade daqueles que detêm o poder e que querem mudar as regras do jogo e a verdade absoluta daqueles que desejam uma legislação perene, definitiva, com regras claras e transparentes - acrescentou.

Júnia Marise citou os pontos defendidos pelo Bloco Oposição, como o financiamento público de campanhas, de modo a garantir participação igualitária de todos os partidos no processo eleitoral; e ainda igual divisão de tempo na televisão, para que "os candidatos tenham as mesmas condições de levar à sociedade seus programas".

Serra: respeito total às convicções

Serra nega pressões do Planalto

José Serra (PSDB-SP) defendeu ontem que os senadores votassem a Lei Eleitoral segundo suas próprias convicções, respeitando as controvérsias, "mas sem se curvarem a pressões ilegítimas que vêm de fora ou a fantasmas que, de fato, não existem, como essa suposta opressão de Fernando Henrique sobre a Casa".

Serra referiu-se a matéria divulgada num jornal na última terça-feira contendo declarações em *off* de um ministro do Supremo Tribunal Federal, para dizer que cabe ao Judiciário interpretar as leis, não sendo pertinente que um juiz emita opiniões sobre o que está sendo votado pelo Senado.

Quanto à "suposta opressão", Serra enfatizou que suas propostas para a Lei Eleitoral não resultaram de qualquer orientação do governo ou de qualquer interesse eventual do presidente da República.

Ademir critica posição de FHC

Ademir acusa incoerência do presidente

Ademir Andrade (PSB-PA) disse que, contrariamente às posições que antes defendia como senador, é lamentável que Fernando Henrique tenha fechado questão sobre dois pontos em relação aos quais chegou a apresentar projetos defendidos hoje pela oposição como emendas ao parecer do relator da Lei Eleitoral no Senado.

Quando senador, Fernando Henrique pregava financiamento público para as campanhas e a não-computação dos votos brancos, afirmou.

Por essas e outras posições, o senador considerou que, "da forma como a lei está comandada pelo presidente, ele contribui para que pensemos que este não é um país sério, como teria declarado De Gaulle".

Ao divergir de Ademir, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, frisou que "o Brasil é um país sério e digno".

Simon: juízes já estão contra

Simon acha que decisão é "erro mortal"

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que a rejeição pela Casa do financiamento público exclusivo para as campanhas eleitorais "será mais um erro mortal do Senado". Ele lembrou que juízes do STF já se manifestaram, de forma velada, pela possível inconstitucionalidade das mudanças que o Senado pretende fazer no projeto de Lei Eleitoral aprovado pela Câmara. E a própria OAB, conforme acrescentou, tachou as mudanças de "ofensivas à consciência democrática e contra a ética", em nota oficial da entidade.

Segundo ele, o "erro" de se manter o financiamento de campanhas com recursos privados é comparável ao "erro mortal cometido pelo Congresso quando rejeitou a criação da CPI dos Corruptores e ao do Senado quando criou essa comissão de inquérito, mas não a instalou".

Campos sugere posse biônica

Lauro questiona: por que só agora o Brasil "está em ação"?

Lauro Campos (PT-DF) disse ontem que a votação da Lei Eleitoral, tal como ela se deu, é "coisa à-toa, pois o principal já foi há muito conquistado pelo rolo compressor do governo". Acrescentou que "aconselharia o presidente Fernando Henrique a nomear o candidato Fernando Henrique, que seria o primeiro presidente biônico deste país".

Em sua opinião, antes se tratava de enxugamento, falta de obras e carência total de recursos. Agora, "uma fábrica de pedras fundamentais".

- Antes havia a inação, agora o governo acordou, com entusiasmo, para ganhar as eleições a qualquer custo. O Brasil está em ação e 42 obras serão inauguradas - afirmou.

LEI ELEITORAL

ACM rechaça ataque de advogado ao Legislativo

Em resposta à manifestação do senador Pedro Simon (PMDB-RS), divulgando as críticas da Ordem dos Advogados do Brasil ao Senado, no processo de alteração e votação do projeto da nova Lei Eleitoral, o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, repudiou os ataques da OAB ao Legislativo e lembrou o corporativismo da entidade na tramitação de recente lei de interesse dos advogados.

Antonio Carlos Magalhães ressaltou o direito de a OAB criticar o Legislativo e seus membros, pois "as manifestações de qualquer entidade são recebidas com respeito democrático". Mas disse que "falta, entretanto, autoridade à OAB para criticar o Senado, na medida em que aprovou, infelizmente, na legislatura passada, uma lei cheia de inconstitucionalidades, corporativista e que beneficiava os advogados do Brasil, prejudicando a sociedade".

O presidente do Senado também observou que o próprio Supremo Tribunal Federal "fez com que a lei fosse cortada em vários de seus itens, por serem inconstitucionais, sendo que outros ainda estão sob exame".

Antonio Carlos: resposta à OAB

- Mas a isso a OAB fez ouvidos de mercador, porque beneficiava seus associados - disse.

A defesa do corporativismo

A lei citada pelo presidente do Senado é a 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A inconstitucionalidade a que se refere Antonio Carlos Magalhães é no inciso IX do artigo 7º, segundo o qual o advogado tem o direito de "sustentar oralmente as razões de qualquer recurso ou processo, nas sessões de julgamento, após o voto do relator, em instância judicial ou administrativa, pelo prazo de quinze minutos, salvo se maior prazo for concedido".

Na lei anterior, o advogado podia usar da palavra depois de lido o relatório.

Para o Supremo Tribunal Federal (STF), a atual legislação permite, com a expressão "após o voto do relator", a reabertura do processo, o que é considerado inconstitucional.

Motta ignora senadores à entrada do ministério

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) sentiram-se constrangidos ontem, ao serem tratados grosseiramente pelo ministro das Comunicações, Sérgio Motta, quando tentavam mediar a greve de funcionários que, há 14 dias, paralisa a Empresa de Correios e Telégrafos.

Conforme relataram, às 17h, quando aguardavam o ministro no saguão do ministério, Motta não os recebeu, encaminhando-se ao elevador.

"Não falo com os senhores", disse o ministro, sem deter o passo. Suplicy ainda o acompanhou para dizer que, a seu pedido, os grevistas que cercaram a casa do ministro, de manhã, em São Paulo, haviam saído do local. Os senadores contaram que o elevador fechou-se na cara dos dois. Ao voltarem para o Senado, os dois parlamentares reportaram-se ao presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, o qual disse que comunicaria o fato, no Palácio do Planalto, ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

Plenário analisa pedido gaúcho para precatórios

O plenário do Senado aprecia hoje projeto de resolução que autoriza o governo do Rio Grande do Sul a emitir Letras Financeiras do Tesouro estadual, cujos recursos serão destinados à liquidação da oitava parcela, bem como da correção monetária relativa à sexta e sétima parcelas, todas de precatórios judiciais; e outro que autoriza o governo do Piauí a alterar a forma e o prazo de pagamento dos contratos de operação de crédito celebrados em 22 e 29.12.95, junto à Caixa Econômica Federal, relativos ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Aprecia, também, projeto de resolução que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US$ 25 milhões de principal, para financiamento parcial do Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas, do Ipea, órgão do Ministério do Planejamento e Orçamento; e projeto do senador Flaviano Melo (PMDB-AC) que trata da regulamentação de dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária.

Jefferson aponta dignidade na desistência de Mário Covas

A decisão do governador de São Paulo, Mário Covas, de não concorrer à reeleição ano que vem foi elogiada ontem pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM), para quem Covas tomou a atitude por três razões: ser contra a emenda da reeleição em todos os níveis, pelo descumprimento dos compromissos do governo federal com o seu estado e pela insatisfação com os rumos do PSDB.

Depois de afirmar que Mário Covas dá exemplo de dignidade com o seu gesto,

Jefferson: correligionário de respeito

Jefferson Péres lembrou que o governador, desde a primeira hora, se posicionou contra a emenda da reeleição. O senador destacou que o governador encontrou o estado financeiramente quebrado, saneou as empresas estatais e se encontra no momento com alto índice de aprovação nas pesquisas eleitorais.

- É preciso que o país saiba entender o recado do governador. O PSDB sofre a perda de um dos seus melhores homens públicos que veio da esquerda, mas soube se adaptar aos novos tempos, não se esclerosando. Por isso, o meu correligionário merece o meu respeito e a minha mais profunda admiração- afirmou ele.

CAE examina empréstimo para reaparelhar Exército

A Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), reúne-se esta manhã, às 10h, para apreciar mensagens do Executivo solicitando autorização para contratar duas operações de crédito externo destinadas ao Programa de Reaparelhamento e Modernização da Força Terrestre, do Ministério do Exército. As operações serão nos valores de até US$ 375,05 milhões e US$ 236,59 milhões, respectivamente.

A CAE aprecia também mensagem solicitando autorização para contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, pelo governo de Mato Grosso, no valor de US$ 55,40 milhões, para o Programa de Perenização de Travessias do estado.

EDUCAÇÃO

A Comissão de Educação, presidida pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE), reúne-se no mesmo horário para apreciar, entre outros, projeto oriundo do Executivo que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no país.

Fundo Penitenciário Nacional poderá obter R$ 3,2 milhões para a construção, ampliação e reforma de presídios em vários estados

Comissão de Orçamento vota hoje R$ 7,8 milhões em créditos

Em reunião convocada pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) para hoje, às 10h, a Comissão Mista de Orçamento apreciará quatro projetos de iniciativa do Executivo que abrem o Orçamento Fiscal para a concessão de créditos suplementares e especiais no valor total de R$ 7,8 milhões.

Desse valor, dois projetos somam R$ 3,2 milhões, destinados ao Fundo Penitenciário Nacional, que os aplicará na construção, ampliação e reforma do sistema penitenciário nos estados do Pará (R$ 75 mil), Espírito Santo (R$ 45 mil), Pernambuco (R$ 171 mil), Piauí (R$ 90 mil), Rio Grande do Sul (R$ 129,2 mil), Roraima (R$ 100 mil), Alagoas (R$ 100 mil), Bahia (R$ 100 mil), Minas Gerais (R$ 350 mil), Mato Grosso do Sul (R$ 250 mil), Mato Grosso (R$ 350 mil), Paraíba (R$ 250 mil), Rio de Janeiro (R$ 350 mil), Sergipe (R$ 250 mil), Amazonas (R$ 250 mil) e Rio Grande do Norte (R$ 350 mil).

Suassuna preside Orçamento

Outro crédito, no valor de R$ 4,1 milhões, destina-se ao Ministério dos Transportes. Os recursos serão investidos no término da construção do *pier* petroleiro do porto de Itaqui, administrado pela Companhia Docas do Maranhão. O último crédito, num total de até R$ 500,6 mil, beneficiará os Tribunais Regionais Eleitorais de Mato Grosso e Rio Grande do Norte e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Tuma defende mais condições para a polícia

"A curto prazo, a questão policial só poderá ser resolvida se o Estado investir na seleção, formação, fiscalização, reciclagem e aperfeiçoamento constante dos executores da segurança pública", disse ontem o senador Romeu Tuma (PFL-SP). Ele defendeu o aumento dos salários dos policiais como forma de possibilitar maior seleção no ingresso à profissão.

As causas da insegurança, a seu ver, fazem parte de um contexto que envolve também o Judiciário e o Ministério Público. Para ele, a polícia paga caro por ser o elo mais visível do sistema. Ele citou dados de pesquisa da Associação dos Magistrados, mostrando que 91% desses profissionais consideram a estrutura do Judiciário ultrapassada e 82% concordam que nosso Direito Processual é anacrônico. Além disso, assinalou a necessidade de se atingir uma relação ideal de um juiz para 7.500 habitantes - o dobro do número existente hoje.

Tuma: salários competitivos

Endividamento encerra debate ouvindo TCU

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) anunciou ontem, em entrevista, que a Comissão Especial Temporária do Senado encarregada de examinar sugestões dos governadores e matérias em tramitação na Casa referentes ao endividamento dos estados e municípios promoverá na próxima quarta-feira (dia 24) a última audiência pública.

Ele informou que a comissão, da qual é presidente, encerrará a fase de debates sobre o assunto ouvindo técnicos do TCU (Tribunal de Contas da União), em reunião que contará com a participação de representantes do Ibam (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) e da ABM (Associação Brasileira de Municípios).

Patrocínio lembrou que os trabalhos da comissão foram iniciados com a realização de um grande seminário, a seu ver "muito proveitoso", que reuniu governadores e secretários da área econômica e de planejamento. A comissão, conforme o senador, já dispõe de informações segundo as quais o Executivo está sensível à falta de recursos dos governos estaduais e dos prefeitos.

O senador disse que, após a última audiência, todo o material colhido pela comissão será encaminhado ao relator, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), que terá prazo até o dia 28 de outubro para apresentar o relatório final.

MUNICÍPIOS

Carlos Patrocínio informou que durante a reunião da próxima semana os presidentes das associações estaduais de municípios farão uma visita à Comissão Especial Temporária que examina a questão do endividamento dos estados e municípios. Segundo o senador, os dirigentes estarão acompanhados pelo presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM), deputado Welson Gasparini (SP), e pelo diretor-executivo adjunto da entidade, Ruy Born.

Patrocínio: Executivo sensível

- O objetivo da ABM é buscar apoio junto aos senadores para que as 5.507 prefeituras brasileiras consigam superar suas dificuldades financeiras, e essa questão precisa ser resolvida o mais rápido possível - assinalou.

TV SENADO HOJE

7h - Entrevista coletiva com os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Pedro Simon (PMDB-RS) sobre a audiência pública com os procuradores italianos da *Operação Mãos Limpas*, marcada para as 10h
8h - Debate entre o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e o deputado Marcelo Deda (PT-SE) sobre a necessidade de mudanças nas CCJs do Senado e da Câmara (reapresentação)
9h30 - Entrevista coletiva com os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Pedro Simon (PMDB-RS) (reapresentação)
10h - Audiência pública da CCJ com os procuradores italianos da *Operação Mãos Limpas* no Auditório Petrônio Portella (ao vivo)
14h30 - Sessão plenária (ao vivo)
Em seguida - Comissão de Assuntos Econômicos (pré-gravada pela manhã)
20h30 - "Congresso Hoje"
20h40 - Sessão plenária (reapresentação)
0h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
1h - Debate sobre mudanças nas CCJs do Congresso (reapresentação)
2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
7h40 - Música e informação
10h - Audiência pública com os procuradores italianos da *Operação Mãos Limpas* no Auditório Petrônio Portella
Em seguida - Música e informação
13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
13h45 - Música e informação
14h15 - "Plenário em Revista"
14h30 - Sessão plenária
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
20h - Música e informação
22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
22h45 - Música e informação
24h - Retransmissão da sessão plenária
4h - Música e informação até as 7h30

Senador lembra origens do capitalismo no mundo para advertir que a globalização forçará a economia brasileira a pagar os baixos salários dos países asiáticos

Lauro: modelo é crítico desde 1810

O senador Lauro Campos (PT-DF) criticou a política neoliberal do governo, que, para ele, está em crise e não atende nem mesmo aos setores essenciais de educação e saúde. Lauro lembrou que em todas as crises mundiais, a partir de 1810, os preços caíram, como acontece agora.

- Quando existe crise, a queda de preços permite que parte do dinheiro usado para pagar os trabalhadores, comprar mercadorias e fazer reprodução em escala muito elevada da capacidade produtiva seja liberado. Esse dinheiro liberado vai se transformando em dinheiro desocupado em escala mundial, refluindo para a periferia do mundo - disse.

Lauro: "a fome sagrada do capitalismo"

O senador falou que não é a primeira vez que o capitalismo mundial se vê impulsionado a partir do centro onde se concentram as contradições, as forças produtivas e os problemas da economia de mercado, "da economia capitalista, individualista, egoísta, movida pela fome sagrada do capitalismo".

- Se o país quiser competir nessa globalização com os trabalhadores do sudoeste asiático e da China deverá pagar aos trabalhadores brasileiros os 80 centavos de dólar que ganha um operário chinês - explicou.

Ele abordou o desenvolvimento da tecnologia no processo capitalista, lembrando o início da produção de máquinas por meio de máquinas, no final do século XIX, que aumentou a capacidade produtiva, baixando os preços das mercadorias, que passaram a ser objeto da produção industrial. Com o aumento da produtividade, continuou o senador, as crises atuais passam a ser mais profundas e completas, "compondo o quadro das crises que se desenvolvem juntamente com a aparência da eficiência e da produtividade capitalista".

Amin: seria bom para SC e RS

Amin defende criação de usinas a carvão no Sul do país

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) defendeu a construção de usinas termelétricas de base a carvão mineral, localizadas em bocas das minas, nos estados do Sul, com o argumento de que a expansão da produção de energia a partir do carvão mineral "será muito importante para o urgente e necessário aumento da oferta de energia no país".

Amin citou estudo da Secretaria de Energia, do Ministério de Minas e Energia, concluindo que existem possibilidades vantajosas na construção, até o ano 2005, das usinas cuja energia seria usada para o abastecimento do sistema integrado Sul/Sudeste/Centro-Oeste.

O senador lembrou que as novas tecnologias asseguram, segundo o estudo, baixo nível de agressão ao ambiente e possibilitam a queima de resíduos da extração do carvão. Ele afirmou, ainda, que as usinas beneficiariam regiões de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul onde estão as jazidas, gerando recursos e empregos.

- A implantação de usinas térmicas a carvão no Sul do país não serviria apenas para enfrentar esses graves problemas sociais ou ambientais. Antes de mais nada, ela poderia ajudar a reduzir a extrema dependência que o Brasil tem da geração hidrelétrica, responsável, hoje, por 97% do fornecimento nacional - disse o senador.

Valadares homenageia advogado sergipano

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) homenageou o advogado Antônio Jacinto Filho, falecido em Sergipe e que, como disse, além de exercer com dignidade sua profissão, apoiou a luta do movimento estudantil contra o regime discricionário.

Antonio Carlos Valadares pediu à Mesa que seja dirigida correspondência aos familiares de Antônio Jacinto Filho manifestando pesar.

- Antônio Jacinto Filho era uma das figuras mais respeitadas no mundo jurídico sergipano e uma das pessoas mais dignas como amigo, chefe de família e homem de partido. Ele deixou uma lacuna na sociedade sergipana - disse o senador.

Em aparte ao senador Antonio Carlos Valadares, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) reiterou a homenagem a Antônio Jacinto Filho.

Hollanda julga novo conselho a salvação do setor sucro-alcooleiro

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) afirmou que a criação do novo Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool (Cima) pelo governo contribuirá para o equacionamento dos problemas do setor sucro-alcooleiro.

Segundo ele, o novo conselho, composto por oito ministros, secretários executivos e um conselho consultivo em que têm assento representantes dos produtores, dos plantadores e de trabalhadores, nasce para desempenhar esse papel essencial, sob a expectativa de promover a integração cuja ausência atrapalhava a evolução de uma consistente estratégia para "o nosso etanol de cana-de-açúcar, desde o declínio da produção nacional de carros a álcool, no final da década de 80".

Hollanda: redenção das usinas

Hollanda lembrou que foi no governo Collor que houve as maiores desarticulações e que um dos setores mais atingidos foi o sucro-alcooleiro, "que estava debilitado pela desconfiança do consumidor e pela diminuição crescente da produção automobilística de veículos movidos a álcool".

Ele julga que com o Cima o presidente da República assinou também o retorno da esperança para o álcool combustível no Brasil, ao alçá-lo de *status* e pondo-o ao lado de produtos estratégicos para o país e para a economia do terceiro milênio.

Alcântara enfatiza urgência de lei ambiental em seminário no Ceará

Durante a V Sessão do Seminário Internacional sobre Pesca Responsável, em Beberibe, Ceará, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu a urgência na aprovação do projeto de lei que dispõe sobre sanções penais e administrativas a condutas e atividades lesivas ao ambiente.

- Em função da ausência de instrumento legal adequado para coibir essas práticas, esse projeto representa a consolidação das leis ambientais, no que tange à matéria penal - afirmou.

Apesar de achar "despretensiosa" a versão original do projeto apresentado pelo Executivo, Alcântara considerou as modificações feitas pela Câmara e pelo Senado "excelente ponto de partida para a urgente revisão da legislação ambiental brasileira".

Para ele, o texto inicial limita-se à proteção da fauna e da flora, mas no Senado incluíram-se os crimes cometidos contra o ambiente urbano nos textos da CAS.

Outra das contribuições dos parlamentares ao projeto, sugerida por ele, foi incorporada ao parecer da CCJ, tratando do problema das espécies de fauna silvestre que, por terem na água seu meio predominante, têm sido tratadas como pesca, deixando de receber devido amparo legal.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES E RONALDO CUNHA LIMA E PELA SENADORA JÚNIA MARISE